

Furtado defende pedido de moratória unilateral

RUI VEIGA
correspondente

São Paulo — O Brasil já está em moratória desde o mês de junho, quando deixou de pagar os juros do serviço da dívida. É necessário que o país rompa seus compromissos com o FMI e formalize a declaração de moratória unilateral. Há uma necessidade de um amplo diálogo nacional, político, a fim de estruturar uma nova política econômica e cambial.

Estes conceitos foram expressos ontem em São Paulo pelo economista Celso Furtado a jornalistas econômicos durante encontro no Hotel Nikkey Palace. O ex-ministro afirmou que não há outra alternativa para a crise que não o final da recessão e uma realocação dos investimentos para o setor produtivo, industrial. Ele disse também que é essencial uma "desdolarização" imediata da dívida interna.

Celso Furtado lembrou que ouviu de membros de todos os partidos, inclusive do PDS e até mesmo do governo, que há a necessidade de um planejamento global a longo prazo e uma mudança na forma da condução econômica. Este planejamento deveria colocar em segundo plano os compromissos de curto prazo, "que estão tomando conta da política econômica no momento," e partir para um amplo diálogo nacional sobre os rumos anticrise: "O que está faltando é vontade política. Só que a vontade política tem que ser compatível com indivíduos que tenham compromissos com o longo prazo e com o final da recessão. Não pode haver solução em que se posiciona pela manutenção da situação atual. Ou seja, acredito que seria necessário uma mudança de nomes na condução do país", afirmou.

O ex-ministro, embora se colocando como partidário do PMDB e filiado a este partido, mostrou descontentamento com o papel que as oposições em geral vêm tendo em relação ao problema. Para ele, e em sua opinião, para muitas pessoas, os partidos oposicionistas não estão sabendo se colocar diante da crise: "Falei inclusive com o Teotônio Vilela e ele mesmo acha que até agora nenhum partido de oposição soube colocar-se diante da questão".

Ainda em relação à crise, Furtado disse que os movimentos da sociedade civil, sindicatos, or-

dens, movimentos, são essenciais na formulação dos problemas e soluções, mas o debate tem que surgir em torno dos partidos políticos. Estes constituem-se em elementos catalisadores das idéias nascidas dentro da sociedade. Por isso, ele considera essencial que todos os partidos políticos comecem a discutir desde já alternativas para o impasse.

Sobre a moratória, Celso Furtado reconheceu que o Brasil já a está vivendo, desde junho quando deixou de pagar seus compromissos, a título de serviço da dívida. Ele diz que somente falta formalizar a situação de moratória unilateral. Ao ser indagado por um jornalista se havia acertado seu prognóstico de janeiro (disse, em Paris, que voltaria ao Brasil em julho para assistir à consolidação da moratória. Foi ironizado por Delfim Netto em um programa de TV), o economista respondeu: "infelizmente meu prognóstico estava certo".

Não temendo as consequências de uma moratória unilateral, Furtado acredita que, a partir do instante que o Brasil assim se colocar, lhe seguirão Argentina e Venezuela. "A Argentina tem amplas possibilidades de solicitar moratória, após as eleições de novembro, principalmente se o peronismo for o vencedor. É uma forma de manter a unidade nacional". Quanto ao México, Furtado reconhece ser muito difícil este país aderir a uma acordo múltiplo, porque a receita do FMI está sendo acertada e o petróleo mexicano vem se constituindo como reserva estratégica fundamental para os Estados Unidos. "Este país concede muitas facilidades ao México".

Sobre as dificuldades brasileiras pós-moratória, Celso Furtado disse que elas não serão mais penosas que a atual situação. Quanto ao petróleo, o Brasil poderá por em xeque os países do Golfo Pérsico, devido à queda dos preços e à necessidade destes em investirem fora de seus territórios. Para o economista, o Brasil seria opção de investimentos aos árabes. Outra dificuldade que é sempre apontada, os créditos externos. Furtado rebateu, alegando que, na situação atual, o Brasil está sem qualquer linha de crédito nova para suas exportações. "Desde o início do ano não temos qualquer linha nova de crédito".